

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Cumprindo determinações legal e estatutária, apresentamos as Demonstrações Financeiras do semestre findos em 30 de junho de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.
O Banco Semear encerra o 1º semestre de 2012 apresentando um resultado negativo de R\$ 29.205 milhões (resultado negativo de R\$

14.354 milhões em 2011). Por sua vez, o Patrimônio Líquido apresentou o montante de R\$ 32,576 milhões (R\$ 67,726 milhões em 2011).
Adicionalmente, e ainda sobre o semestre findo, vale registrar os números das carteiras de crédito e captação da Instituição. São eles, respectivamente: R\$ 298,987 milhões (R\$ 437,460 milhões em 2011) e R\$ 332,671 milhões (R\$ 459,523 milhões em 2011).

O Contexto Operacional das Notas Explicativas (nota 1), traz considerações acerca dos eventos que impactaram a performance da instituição no semestre findo, cabendo contudo, ressaltar a demonstração do comprometimento dos acionistas da instituição em manter a estrutura operacional adequada aos procedimentos regulamentares, se comprometendo em disponibilizar através de capital o montante necessário para manutenção da operação.

Com estes números e com estas palavras, encaminhamos aos acionistas o resultado deste trabalho, agradecendo o apoio sempre presente.
A nossos colaboradores e, sobretudo, nossos clientes e parceiros, um agradecimento especial pela confiança e prestígio com que fomos distinguidos.

A ADMINISTRAÇÃO

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Ativo circulante	246.521	360.689	Passivo circulante	126.945	152.225
Disponibilidades (Nota 4)	757	1.360	Depósitos: (Nota 12)	92.429	118.783
Aplicações interfinanceiras de liquidez: (Nota 5)	2.770	17.324	Depósitos à vista	5.306	6.658
Aplicações no mercado aberto	-	14.498	Depósitos interfinanceiros	8.662	8.768
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.770	2.826	Depósitos a prazo	78.461	103.307
Títulos e valores mobiliários: (Nota 6)	10.510	16.369	Outros depósitos	-	50
Carteira própria	-	16.227	Relações interfinanceiras	728	138
Vinculados ao Banco Central	10.510	-	Outras obrigações (Nota 13)	33.788	33.304
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	-	142	Não circulante	249.970	349.706
Relações interfinanceiras	949	1.471	Depósitos: (Nota 12)	240.242	340.740
Operações de crédito: (Nota 8)	195.623	277.887	Depósitos a prazo	240.242	340.740
Sector privado	259.212	321.264	Outras obrigações (Nota 13)	9.644	8.688
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(63.589)	(43.377)	Receitas antecipadas	84	278
Outros créditos (Nota 10)	33.612	30.979	Patrimônio líquido	32.576	67.726
Outros valores e bens (Nota 11)	2.300	15.299	Capital social - De domiciliado no País (Nota 14)	66.596	49.432
Não circulante	162.970	208.968	Reserva de lucros	-	18.294
Realizável a longo prazo	161.865	206.786	Reserva legal	-	3.973
Aplicações interfinanceiras de liquidez: (Nota 5)	24.000	32.298	Reserva de retenção de lucros	-	14.321
Aplicações no mercado aberto	24.000	32.298	Prejuízos acumulados	(34.020)	-
Títulos e valores mobiliários: (Nota 6)	50.561	27.593			
Carteira própria	32.141	26.521			
Vinculados ao Banco Central	18.420	-			
Vinculados à Prestação de Garantia	-	1.072			
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7)	-	-			
Operações de crédito: (Nota 8)	37.155	105.258			
Sector privado	39.775	116.196			
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.620)	(10.938)			
Outros créditos (Nota 10)	48.430	29.623			
Outros valores e bens (Nota 11)	1.719	12.014			
Permanente	1.105	2.182			
Imobilizado de uso	574	749			
Intangível	531	1.433			
Total do ativo	409.491	569.657	Total do passivo e do patrimônio líquido	409.491	569.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucro				Total
	Capital realizado	Reserva legal	Reservas de retenção de lucro	Lucros/prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	47.392	3.973	31.075	-	82.440
Aumento de capital	2.040	-	-	-	2.040
Outros eventos:	-	-	-	(14.354)	(14.354)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-
Destinações:	-	-	-	(2.400)	(2.400)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(16.754)	(16.754)
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2011	49.432	3.973	14.321	-	67.726
Saldos em 31 de dezembro de 2011	49.432	2.164	-	(4.815)	46.781
Aumento de capital	17.164	(2.164)	-	-	15.000
Outros eventos:	-	-	-	(29.205)	(29.205)
Prejuízo do semestre	-	-	-	(34.020)	(34.020)
Saldos em 30 de junho de 2012	66.596	-	-	(34.020)	32.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional
A Instituição iniciou suas atividades em 2 de outubro de 1995, sendo posteriormente adquirida pelos acionistas do Grupo Seculus, cuja homologação da transferência do controle societário ocorreu em 1º de fevereiro de 2006.

Está autorizada a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.
Atua focada em produtos de crédito, ofertando para pessoas físicas, especialmente, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), bem como crédito consignado em folha de pagamento de entidades públicas e privadas, além de crédito pessoal. Para pessoas jurídicas, concentra-se nos segmentos de pequenas e médias empresas, operando nas modalidades de capital de giro, desconto de recebíveis e fiança bancária.

Por sua vez, capta recursos através de títulos de renda fixa, notadamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos com Garantia Especial - FGC (DPGE), garantindo rentabilidade, segurança e liquidez, bem como através de operações estruturadas com instituições financeiras, mediante cessões de créditos financeiros.

Em 30 de dezembro de 2011, a Administração do Banco Semear, através do Ofício 097/2011-BCB/Desup/GTBHO/Cosup-03, posteriormente incorporado ao Termo de Comprometimento DESUP/GTBHO/COSUP-03-2012/3, de 4 de janeiro de 2012, tomou ciência da determinação de medidas prudenciais preventivas, com base na Resolução nº 4.019, de 29 de setembro de 2011, em face, especialmente, da deficiência de capital regulamentar apresentada quando do encerramento do trimestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2011.

Todavia, e independentemente do atendimento ao Termo de Comprometimento lavrado pelo Banco Central, a Diretoria Executiva do Banco Semear, em conjunto com o Conselho de Administração, já vinha discutindo o reposicionamento estratégico da Instituição, *vis-à-vis* a nova realidade de custos (necessidade de alocação de capital e custo de captação dos bancos de pequeno e médio portes, por exemplo) e a adequação de seu *core business*.

Para auxiliar a gestão do Banco neste processo de reposicionamento, o Conselho de Administração da Instituição contratou consultoria específica e o resultado apresentado levou em consideração os seguintes aspectos mercadológicos encontrados:

- a. Cenário de deterioração e concorrência no setor financeiro
 - b. Instabilidade regulamentar do setor
 - c. Elevada perda patrimonial decorrente de fatores exógenos
 - d. Posicionamento do Banco Semear dentro do Grupo Seculus.
- É importante ressaltar ainda que outras medidas já haviam sido tomadas no curso do 2º semestre de 2011, objetivando a readequação dos níveis operacionais da Instituição, diante da realidade patrimonial que então emergiu:

- a. Encerramento das operações de crédito consignado que, adicionalmente, passaram a exigir maior alocação de capital.
- b. Cessão *sem coobrigação* de parte da carteira de crédito consignado, no montante de R\$ 49,1 milhões, que permitiu a redução dos ativos detidos na carteira.
- c. Encerramento das operações de *trading* realizadas na Tesouraria, cujas exposições necessitam de alocação de capital pela parcela "Pacs".

Além destas ações, a Instituição vem imprimindo uma série de medidas de curto prazo, buscando manter a estrutura operacional em condições adequadas, na observância dos seguintes fatores:

- a. Aumento do rigor na concessão de crédito varejo

b. Redução do apetite na concessão de operações de crédito PJ e. Manutenção do caixa livre da Instituição em níveis superiores aos julgados necessários nas políticas de liquidez.

Neste sentido, foi elaborado um plano de enquadramento operacional que, entre outras, apontou para a necessidade de aumentar o capital da Instituição, trazendo os números patrimoniais ajustados ao risco das operações. Assim, foram aprovados pelo Conselho de Administração aportes de capital no montante de até R\$ 28,3 milhões, seguindo um rito de necessidade temporal de recursos, ou seja, o aporte será na medida da necessidade de enquadramento da Instituição, mantendo sempre o índice de Basileia acima dos patamares regulamentares. O referido enquadramento operacional foi viabilizado em março de 2012 com aporte de capital no valor de R\$ 15 milhões, seguido de outro aporte no montante de R\$ 13,3 milhões em junho de 2012.

De todo o modo, ao fim e ao cabo, resta demonstrado o comprometimento dos acionistas da Instituição de manter a estrutura operacional adequada aos procedimentos regulamentares, comprometendo-se em disponibilizar, através de capital, o montante necessário para a manutenção da operação.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e do Conselho Monetário Nacional, no que for aplicável.

Para fins de concentrar no fluxo operacional toda a atividade de intermediação financeira, as variações quanto às captações de recursos em depósitos foram transferidas da atividade de financiamento para a atividade operacional, na Demonstração dos Fluxos de Caixa do período.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações.

3 Principais critérios contábeis adotados

a. Receitas e despesas
As receitas e despesas, bem como os direitos e as obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa
Conforme Resolução nº 3.604/2008 do Conselho Monetário Nacional, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Aplicações interfinanceiras
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Demonstrações de resultados - Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

	2012	2011
Receitas de intermediação financeira	51.389	72.311
Operações de crédito (Nota 15)	45.041	68.815
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 15)	6.823	3.306
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Notas 7 e 15)	(475)	190
Despesas de intermediação financeira	(61.449)	(69.238)
Operações de captação no mercado (Nota 15)	(20.574)	(26.723)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 15)	(40.875)	(42.515)
Resultado bruto da intermediação financeira	(10.060)	3.073
Outras receitas (despesas) operacionais	(38.220)	(27.720)
Receitas de prestação de serviços (Nota 16)	672	1.698
Rendas de tarifas bancárias (Nota 16)	4.739	6.580
Despesas de pessoal (Nota 16)	(3.645)	(2.411)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(34.690)	(30.175)
Despesas tributárias (Nota 16)	(849)	(1.262)
Outras receitas operacionais (Nota 16)	13.083	4.968
Outras despesas operacionais (Nota 16)	(17.530)	(7.118)
Resultado operacional	(48.280)	(24.647)
Resultado não operacional	(505)	(340)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações	(48.785)	(24.987)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Nota 17)	(507)	(2.928)
Passivo fiscal diferido (Nota 17)	(395)	(91)
Ativo fiscal diferido (Notas 9 e 17)	20.482	13.719
Participações estatutárias no lucro	19.580	10.700
Prejuízo líquido dos semestres	(29.205)	(14.354)
Prejuízo líquido por lote de mil ações - R\$...	(0,47)	(0,32)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

d. Títulos e valores mobiliários

A Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos na demonstração de resultado.

ii. Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido "Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda" até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

e. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo
São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional.

f. Outros valores e bens - Despesas antecipadas
A apropriação das parcelas de despesas com comissão sobre operações de créditos está de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

g. Imobilizado
É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%, e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução nº 3.566/2008 do Conselho Monetário Nacional, o saldo do Imobilizado está apresentado a valores recuperáveis. A par da exigência de realização de estudos periódicos neste sentido, entende a Administração que não serão necessários ajustes aos valores apresentados.

h. Intangível
Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto refere-se a bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642/2008 do Conselho Monetário Nacional. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, amortizados pelo prazo pertinente.

i. Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, bem como, aderente aos critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/2009, a saber:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

- **Passivos contingentes** - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

j. Provisão para imposto de renda e contribuição social
É calculada com base no resultado contábil ajustado do período, sendo os efeitos do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as diferenças temporárias, o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa de contribuição social contabilizados como imposto de renda diferido no ativo.

k. Provisões de férias e décimo terceiro salário
As provisões de férias, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como os respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência.

l. Outros passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Prejuízo/lucro líquido dos semestres	(29.205)	(14.354)
Ajustes do resultado dos semestres com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	486	532
Provisão para devedores duvidosos	40.875	42.515
TVM - Ajuste a valor de mercado sobre ações	-	108
Provisão (reversão) para créditos cedidos com coobrigações	(4.848)	29
Resultados com instrumentos derivativos (<i>swap</i>)	(2)	(39)
Provisão para perda na baixa de operação de crédito consignado - Convênio	105	39
Provisão para impostos e contribuições diferidos	395	91
Provisão para passivos contingentes	881	1.139
Provisão para perdas em outros valores e bens	(1.041)	1.191
Provisão para créditos tributários	(20.482)	(13.719)
	(12.836)	17.532
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(21.426)	(10.410)
Títulos e valores mobiliários	(1.271)	(3.121)
Operações de crédito	8.361	(31.730)
Outros créditos	11.651	(4.812)
Outros valores e bens	17.543	(2.337)
Relações interfinanceiras e interdependência	229	(176)
	15.087	(52.586)
Aumento (redução) nos passivos:		
Depósitos	(62.109)	58.270
Relações interfinanceiras	728	135
Outras obrigações	10.757	(22.163)
Varição nas receitas antecipadas	(159)	(58)
	(50.783)	36.184
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(48.532)	1.130
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Alienação (aquisição) no imobilizado de uso	(23)	(22)
Alienação (aquisição) no intangível	(19)	(169)
	(42)	(191)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos		
Juros sobre o capital próprio creditados	-	(2.400)
Aumento de capital	15.000	2.040
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	15.000	(360)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(33.574)	579
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	47.389	781
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	13.815	1.360
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(33.574)	579

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

Classificação por tipo de papel e vencimentos:

Papel	Sem vencimentos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	3.579	-	3.579	3.579
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	15.662	-	15.662	15.662
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	12.900	12.900	12.900
Total em 30.06.2012	-	-	-	19.241	12.900	32.141	32.141
Total em 30.06.2011	5.074	4.033	7.120	9.493	17.028	42.748	42.748

7 Instrumentos financeiros e derivativos

As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram a divulgação em nota explicativa às demonstrações contábeis do valor de mercado dos Instrumentos Financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários são mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez e estão representados por títulos públicos federais (96,85%) e por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) (5,15%).

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Instituição estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos é parte integrante das Receitas de Intermediação Financeira e pode ser resumido na forma seguinte:

Operações com Derivativos	30.06.2012	30.06.2011
Mercado Futuro	(469)	88
- Mercado Futuro - DI	(513)	-
- Mercado Futuro - Dólar	58	-
- Mercado Futuro - Índice Bovespa	2	88
- Mercado Futuro - DI - Day-Trade	(16)	-
- Mercado Opções - Ações	(8)	62
SWAP - CDI x Pré	2	40
Total	(475)	190

8 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

a. Classificação por risco de crédito

Níveis de Risco	% Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5%	177.254	(886)	308.553	(1.542)
B	1%	25.517	(255)	44.002	(440)
C	3%	15.262	(458)	19.900	(597)
D	10%	6.755	(676)	12.417	(1.242)
E	30%	7.022	(2.107)	9.543	(2.863)
F	50%	6.444	(3.221)	9.923	(4.961)
G	70%	7.091	(4.964)	11.155	(7.809)
H	100%	53.642	(53.642)	21.967	(21.967)
Totais		298.987	(66.209)	437.460	(41.421)
		Provisão Adicional (i)	(66.209)	(54.315)	
Circulante		259.212	(63.589)	321.264	(43.377)
Não Circulante		39.775	(116.196)	116.196	(10.938)

(i) Provisão adicional constituída para fazer face à eventual perda no recebimento de operações de crédito adquiridas do Banco Morada S.A., em intervenção, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20.I (Outras Informações).

A Instituição utiliza-se da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando às operações de crédito, com prazo a decorrer superior a 36 meses, a contagem em dobro dos prazos referidos no inciso I do artigo retromencionado, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco.

b. Classificação por atividade econômica

Atividade econômica	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira
Intermediários				
financeiros	443	0%	22.961	5%
Indústria	203	0%	10.792	2%
Comércio	3.941	1%	3.295	1%
Serviços	53.916	18%	115.571	26%
Pessoa física	240.484	80%	284.661	65%
Totais	298.987	100%	437.460	100%

c. Classificação por produto

Produtos	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira
Capital de giro	53.731	18%	130.182	30%
Conta garantida	400	0%	4.802	1%
Crédito pessoal	75.095	25%	183.599	42%
Crédito Direto ao Consumidor	169.761	57%	118.877	27%
Totais	298.987	100%	437.460	100%

d. Classificação por prazo

Prazos de vencimento	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira
Vencidas	57.921	19%	58.242	13%
A vencer até 30 dias	41.237	14%	36.472	8%
A vencer de 31 a 60 dias	33.614	11%	56.794	13%
A vencer de 61 a 90 dias	23.725	8%	30.445	7%
A vencer de 91 a 180 dias	51.723	18%	74.426	17%
A vencer de 181 a 360 dias	50.992	17%	64.885	15%
A vencer após 360 dias	39.775	13%	116.196	27%
Totais	298.987	100%	437.460	100%

e. Cessões de crédito

O Banco Semear, de acordo com a Resolução nº 3.895/2010, do Conselho Monetário Nacional, que tornou facultativa e adiou o prazo para a adoção pelas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil a partir de 1º de janeiro de 2012, quando a adoção dos procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de que trata a Resolução nº 3.533/2008, do Conselho Monetário Nacional, tornou-se obrigatória, optou por manter, para fins de comparabilidade, os procedimentos de contabilização das suas operações de cessão de crédito realizadas com outras instituições financeiras de acordo com a Circular nº 3.213/2003 do Banco Central do Brasil, uma vez que não efetuou operações de cessão de créditos a partir da vigência da mencionada Resolução nº 3.533/2008.

e.1 Com instituições financeiras

Em 30 de junho de 2012, o saldo dos contratos cedidos com coobrigação apresenta o montante de R\$ 35.886 mil (R\$ 142.822 mil em 30 de junho de 2011), e encontra-se constituído o saldo de R\$ 7.296 mil (R\$ 14.400 mil em 30 de junho de 2011) destinado ao provisionamento complementar para riscos de perda nas operações de crédito cedidas com coobrigação, em conformidade com critérios internos e definições da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 ("Outras obrigações") sob a rubrica "Provisão para passivos contingentes".

e.2 Com instituições não financeiras

Neste semestre, foi realizada cessão de créditos, sem coobrigação, com FIDC - Não Integrante do SFN, no montante de R\$ 1.318 mil (R\$ 200 mil em 30 de junho de 2011). Foi apurado um prejuízo na referida operação de R\$ 16.804 mil (R\$ 12.131 mil em 30 de junho de 2011), o qual é parte integrante do Resultado de Operações de Crédito. Os contratos objeto da cessão de créditos realizada referem-se a operações de crédito pessoal e de Crédito Direto ao Consumidor, vencidos há mais de 180 dias (níveis de risco "H" e baixados em prejuízo - "HH").

A composição da cessão de créditos pode ser resumida da forma seguinte:

Cessões de crédito:	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
FIDC - Não Integrante do SFN - Não ligado:			
Sem coobrigação - Crédito Direto ao Consumidor (CDC/EP)	484	18.122	(17.638)
Sem coobrigação - CDC/EP - Risco HH	834	-	834
Total em 30/06/2012	1.318	18.122	(16.804)
Total em 30/06/2011	200	12.331	(12.131)

f. Outras informações de operações de crédito

No curso do semestre findo em 30 de junho de 2012, foi baixado para prejuízo o valor de R\$ 60.204 mil (R\$ 16.909 mil em 30 de junho de 2011) e recuperados R\$ 3.028 mil (R\$ 2.593 mil em 30 de junho de 2011).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCB), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas restringem-se, basicamente, a garantias fidejussórias. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 (Depósitos), parte da carteira de operações de crédito consignado, no montante de R\$ 16.079 mil (valor presente R\$ 12.884 mil), está garantido, mediante Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, captação de recursos na modalidade de Depósitos a Prazo.

9 Créditos tributários

Desde 2006, a Administração reconhece créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, cujos montantes encontram-se devidamente registrados na escrituração fiscal da Instituição. Ressalta-se que os mencionados créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, com as modificações introduzidas pela Resolução nº 3.355, de 31 de setembro de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, e encontram-se registrados na rubrica "Outros Créditos", conforme Nota Explicativa nº 10 ("Outros créditos"), podendo ser demonstrados sinteticamente na forma seguinte:

	30/06/2012	30/06/2011
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	11.455	11.834
Alíquota	25%	15%
Crédito tributário diferido atual	2.864	1.775
Constituição	2.864	1.775
Total em 30 de junho de 2012	2.864	1.775

Diferenças temporárias:

Provisão para crédito de liquidação devedores	138.474	138.474
Provisão para créditos baixados - C/C convênios	2.638	2.638
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	7.296	7.296
Provisão para contingências - Multa rescisória (a)	7.989	7.989
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	960	960
Provisão para contingências em ações civis	2.271	2.271
Provisão para contingências em ações trabalhistas	975	975
Provisão para PIS em processo judicial	3.801	-
Base de cálculo	164.404	160.603
Alíquota	25%	15%
Crédito tributário diferido atual	41.101	24.090
Constituição acumulada	89.036	48.472
Realização acumulada	(47.720)	(24.251)
Ajuste no semestre	9.937	15.843
Constituição	19.905	11.886
Realização	(9.968)	(5.980)
Total de ajuste em 30 de junho de 2012	12.801	7.681
Total de ajuste em 30 de junho de 2011	8.619	5.100
Total geral em 30 de junho de 2012	43.965	25.865
Total geral em 30 de junho de 2011	24.539	14.278
Circulante	30.430	39.400
Não Circulante	21.467	17.350

(a) Vide Nota Explicativa nº 13 ("Outras obrigações").

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está prevista para um horizonte de tempo de longo prazo, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pela Instituição e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para a Instituição para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional da Instituição, resultado da contratação da empresa Integral Trust Serviços Financeiros Ltda. para assessoramento da reestruturação do planejamento estratégico que suporta o mencionado estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, a saber:

Realização do crédito tributário	30.06.2012	30.06.2011
1º Ano	19.019	8.050
2º Ano	3.464	359
3º Ano	16.593	3.808
4º Ano	689	236
5º Ano	4.200	1.969
Totais	43.965	24.539

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes - CDI de 8,28% a.a. - está descontado de R\$ 8.889 mil, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 60.941 mil em 30 de junho de 2012 (R\$ 32.301 mil em 30 de junho de 2011).

10 Outros créditos

O saldo do grupamento "Outros Créditos", no Circulante e no Não Circulante, está composto por:

Ativo circulante	30.06.2012	30.06.2011
Rendas a receber	18	39
Devedores - Conta liquidação pendente	-	20
Diversos	33.594	30.920
Adiantamentos diversos e antecipações salariais	395	1.814
Créditos tributários - IRPJ e CSSL - Nota (a)	30.430	21.467
Devedores por compra de valores e bens	-	450
Impostos e contribuições a compensar	2.391	2.429
Opções por incentivos fiscais	69	69
Devedores diversos - País	3.016	6.096
Provisão para perdas em outros créditos	(2.707)	(1.405)
Total	33.612	30.979

Ativo não circulante (realizável a longo prazo)

	30.06.2012	30.06.2011
Rendas a receber	2	127
Diversos:	48.428	29.496
Adiantamentos diversos	97	208
Créditos tributários - IRPJ e CSSL - Nota (a)	39.400	17.350
Devedores por Compra de Valores e Bens	-	2
Devedores diversos - País	-	1.575
Devedores por depósito em garantia:	8.931	10.361
Imposto de renda	53	107
Contribuição social	205	205
COFINS (b)	4.839	4.568
PIS (b)	3.745	2.874
Recursos trabalhistas (c)	75	2.459
Outros depósitos judiciais	14	148
Total	48.430	29.623

(a) Vide Nota Explicativa nº 9 - Créditos Tributários.

(b) A Instituição impetrou em 10 de março de 1999 Mandado de Segurança - Processo nº 1999.38.00.009554-7, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da alíquota e do alargamento da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) nos termos da Lei nº 9.718/2008. A decisão do STF publicada em 9 de dezembro de 2005 declarou inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS. Desde então, a Instituição busca levantar a parcela dos valores depositados judicialmente, ainda *sub judice*, cujo montante, em 30 de junho de 2012, equivale a R\$ 4.839 mil (R\$ 4.568 mil em 30 de junho de 2011).

Por sua vez, em 11 de abril de 2006, a Instituição também impetrou Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e ilegalidade do alargamento da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) nos termos da Lei nº 9.718/2008. Em 1º de junho de 2006, foi concedida a segurança postulada na inicial, todavia, a União, em 9 de setembro de 2006, aviu recurso de apelação, encontrando-se atualmente na Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Assim, desde a distribuição da presente ação, a Instituição vem provisionando e depositando judicialmente a totalidade da contribuição ao PIS, cujo montante em 30 de junho de 2012 equivale a R\$ 3.745 mil (R\$ 2.874 mil em 30 de junho de 2011).

(c) A Instituição possuía processos trabalhistas, principalmente originados na gestão anterior à aquisição do controle societário da Instituição pelos acionistas do Grupo Seculus, no montante de R\$ 12 mil (R\$ 2.435 mil em 30 de junho de 2011), integralmente suportado por depósitos judiciais, cujo valor se encontra garantido por Instrumento Particular de Constituição de Fiança, formalizado por seus acionistas controladores. Assim, em 30 de junho de 2012, decidiu a Administração pela baixa integral do referido valor.

A composição da rubrica de "Devedores Diversos - País" pode ser resumida da seguinte forma:

Devedores diversos - País	30.06.2012	30.06.2011
Baixas em operações de crédito a processar	110	1.018
Baixas em operações de crédito - C/C Convênios	1.815	1.816
Baixas em operações de crédito - Confissão de Dívida	967	-
Garantia de operações de crédito a formalizar	-	1.688
Pendências na formalização de operações de crédito	-	1.231
Conta Gráfica - Alienação Participação RS CFI	51	82
Outros devedores diversos	73	261
Total	3.016	6.096

Ativo realizável a longo prazo

Devedores diversos - País	30.06.2012	30.06.2011
Contingências judiciais reembolsáveis	-	1.575
Total	-	1.575

11 Outros valores e bens

O saldo do grupamento "Outros valores e bens", no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

Ativo circulante	30.06.2012	30.06.2011
Bens não de uso próprio	960	5.467
Material em estoque	27	28
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(960)	(1.191)
Despesas antecipadas	2.273	10.995
Comissões sobre operações de crédito	2.271	10.993
Outras despesas antecipadas	2	2
Total	2.300	15.299

Ativo realizável a longo prazo

Despesas antecipadas	30.06.2012	30.06.2011
Comissões sobre operações de crédito	1.719	12.014
Total	1.719	12.014

12 Depósitos

O saldo da conta de Depósitos, no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

||
||
||

(...Continuação)

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

É importante também registrar que a Instituição constituiu provisão no montante de R\$ 7.989 mil para pagamento de multa em face da rescisão do Contrato de Estipulação e Comercialização de Seguros firmado em 20 de setembro de 2010, com destacada seguradora do mercado nacional e internacional, com o objetivo de intermediar, com exclusividade, coberturas securitárias em favor dos clientes tomadores de crédito da Instituição e, para tal, tendo recebido a importância de R\$ 8.000 mil em 2010 a título de bônus em face do uso exclusivo dos canais de distribuição pela Seguradora.

A composição da rubrica "Credores diversos - País" pode ser resumida na forma seguinte:

	30.06.2012	30.06.2011
Credores diversos País - Passivo circulante		
Cobrança a liquidar	166	204
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	3.445	3.299
Recebimento de prêmios de seguros a repassar	-	473
Contribuições para o FGC	292	336
Contratos de operações de crédito a liberar	1.053	1.741
Créditos a baixar de operações de crédito	1.106	3.005
Fornecedores diversos	297	401
Conta gráfica - Alienação ações	-	-
Emblema (a)	-	4.860
Créditos a devolver de descontos consignados	218	466
Outros credores diversos	297	95
	<u>6.577</u>	<u>14.880</u>

	30.06.2012	30.06.2011
Credores diversos País - Passivo não circulante		
Créditos de cobrança simples e caucionada	78	78
	<u>78</u>	<u>78</u>

(a) O saldo da conta gráfica decorria de evento superveniente ao Instrumento de Alienação das ações do Banco Emblema (denominação anterior do Banco Semear S.A.), originado em face de Acordo Judicial firmado no âmbito do processo: 024.00.020.098-0 junto à 26ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. Assim, em 27 de junho de 2012, o referido saldo foi objeto de acordo financeiro a crédito dos acionistas compradores, restando somente concluir a alienação do imóvel permutado na negociação de imóvel recebido em dação em pagamento nos termos do Acordo Judicial retromencionado, cujo valor se encontra atualmente registrado no grupamento contábil do Ativo Circulante de "Bens Não de Uso Próprio" pelo montante de R\$ 800 mil.

14 Patrimônio líquido
a. Capital social
 O capital social é de R\$ 66.596 mil (R\$ 49.432 mil em 30 de junho de 2011), representado por 62.596 mil (45.432 mil em 30 de junho de 2011) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 19 de julho de 2012, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital deliberado em 27 de junho de 2012 pela Assembleia Geral de Acionistas no valor de R\$ 15.000 mil (15.000 mil ações).

b. Reservas
 A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, bem como pela reserva de retenção de lucros.

É importante ressaltar que o saldo existente no grupamento contábil de reserva de lucros foi integralmente absorvido pelo prejuízo apurado neste semestre.

c. Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 3.490/07 (Novo Acordo de Capital - Basileia II)

Amparadas nos desdobramentos do Novo Acordo de Capital (Basileia II), proposto pelo Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária, foram editadas pelo Conselho Monetário Nacional as Resoluções nº 3.380/2006 e nº 3.464/2007 que, respectivamente, tratam das estruturas de gerenciamento de risco operacional e de mercado. Posteriormente, o Banco Central do Brasil editou as Circulares nº 3.360 a nº 3.368, nº 3.383 e nº 3.389, todas de 2008, definindo as metodologias de apuração das parcelas de capital para a cobertura dos Riscos de Crédito, Mercado e Operacional.

Para a compatibilização desses requerimentos, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 3.444/2007, que define o Patrimônio de Referência (PR) e a Resolução nº 3.490/2007, que dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II), vigente desde 1º de julho de 2008. Os impactos desse enquadramento podem ser resumidos no quadro abaixo:

Descrição	30.06.2012	30.06.2011
Patrimônio Líquido	61.781	82.079
Depósito em Conta Vinculada para Suprir Deficiência de Capital	13.300	-
(+/-) Resultado do Semestre	(29.205)	(14.354)
(-) Redução dos Ativos Diferidos	(516)	(1.429)
(-) Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR - Nível I	(103)	-
(=) Patrimônio de Referência Nível I	45.258	66.296
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
Patrimônio de Referência Total (Nível I + Nível II) (a)	45.258	66.296
Alocação de Capital (por risco) - Resolução nº 3.490/2007 - A partir de 01/07/2008		
Risco de Crédito (Pepr)	34.065	57.134
Risco de Mercado (Pjur)	1.719	354
Risco Operacional (Popr)	4.916	3.931
Risco Ações (Pacs)	0	803
Patrimônio de Referência Exigido (b)	40.700	62.222
Margem (a - b)	4.558	4.074
% de adequação da referência exigida (a / b)	111%	107%
Capital direcionado para operação da carteira de Banking - Rban (c)	318	444
Margem Final (a - b - c)	4.240	3.630
Índice de Basileia	12,23%	11,72%
Índice de Basileia Amplo (Rban)	12,14%	11,64%

No semestre encerrado em 30 de junho de 2012, o coeficiente de adequação ao Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II) é de 12,14% (11,64% em 30 de junho de 2011), enquanto que o mínimo

requerido é de 11%. Em relação à exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento, a Instituição encontra-se de acordo com os limites determinados pela Resolução nº 2.099/1994.

15 Receitas e despesas da intermediação financeira
 A composição das receitas e despesas da intermediação financeira no semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	30.06.2012	30.06.2011
Operações de crédito:	45.041	68.815
Rendas de empréstimos:	20.239	45.115
Capital de giro	7.362	14.024
Conta garantida	139	548
Crédito pessoal	12.738	30.543
Rendas de títulos descontados:	-	50
Rendas de financiamentos:	39.294	25.451
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	39.014	25.279
Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção (CDCI)	280	172
Recuperação de créditos	3.028	2.593
Resultado da cessão de créditos	(16.804)	2.499
Despesa de cessão de créditos	(716)	(6.893)

	30.06.2012	30.06.2011
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:	6.823	3.306
De aplicações interfinanceiras de liquidez	3.118	1.522
De títulos e valores mobiliários	3.705	1.682
Rendas de títulos de renda fixa	3.669	1.644
Rendas de títulos de renda variável	6	143
Ajuste positivo com títulos de renda fixa	30	3
Ajuste negativo com títulos de renda variável	-	(108)

	30.06.2012	30.06.2011
Rendas de aplicações em Fundos de Investimentos	-	102
Resultado com instrumentos financeiros derivativos:	(475)	190
De operações de swap	2	40
De operações no mercado futuro	(469)	88
De operações com opções - Ações	(8)	62
Total	<u>51.389</u>	<u>72.311</u>

	30.06.2012	30.06.2011
Despesas da intermediação financeira	20.574	26.723
Operações de captação no mercado:	(431)	(526)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(19.194)	(25.207)
Despesas de operações compromissadas	-	(36)
Outras despesas de captação (FGC)	(949)	(954)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.875)	(42.515)
Total	<u>(61.449)</u>	<u>(69.238)</u>

16 Receitas e despesas operacionais
 A composição das receitas e despesas operacionais no semestre pode ser demonstrada na seguinte forma:

	30.06.2012	30.06.2011
Receitas (despesas) operacionais	672	1.698
Receitas de prestação de serviços:		
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	464	1.497
Rendas de garantias prestadas	205	199
Outras rendas de serviços prestados	3	2
Rendas de tarifas bancárias:	4.739	6.580

	30.06.2012	30.06.2011
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	4.632	6.360
Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF	3	55
Receitas de confecção de cadastro - PJ	89	145
Receitas de transferência de recursos - PJ	9	18
Receitas de transferência de recursos - PF	2	-
Receitas de operações de crédito e outras rendas - PJ	4	2

	30.06.2012	30.06.2011
Despesas de pessoal:	(3.645)	(2.411)
Benefícios	(246)	(261)
Encargos sociais	(242)	(277)
Proventos	(3.123)	(1.824)
Despesas de honorários de Diretoria	(34)	(49)
Outras despesas administrativas:	(34.690)	(30.175)
Comissões sobre operações de crédito	(23.075)	(18.808)
Despesas de marketing e publicações	(39)	(135)
Despesas de processamento de dados	(1.146)	(1.343)
Despesas de seguros	(54)	(84)
Despesas de serviços do SFN	(1.968)	(2.122)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.169)	(2.126)
Despesas de outros serviços de terceiros	(4.180)	(2.064)
Demais despesas administrativas	(3.059)	(3.493)
Total	<u>(32.924)</u>	<u>(24.308)</u>

	30.06.2012	30.06.2011
Despesas tributárias:	(849)	(1.262)
Tributos federais	(574)	(826)
PIS	(380)	(472)
COFINS	(189)	(331)
IOF bancado	(5)	(23)
Tributos estaduais	(10)	(14)
Tributos municipais	(265)	(422)
ISS	(262)	(407)
Outros tributos municipais	(3)	(15)
Outras receitas operacionais:	13.083	4.968
Recuperação de encargos e despesas	41	309
Reversão de provisões operacionais	5.889	67

	30.06.2012	30.06.2011
Prov. para oper. de cred. cedidos c/coobrigação	4.848	67
Prov. de desvalorização de outros valores e bens	1.041	-
Outras rendas operacionais	7.153	4.592
Comissão de permanência no recebimento de créditos	5.406	3.724
Multas no recebimento de créditos em atraso	1.137	728
Receita de repasse	71	-
Variações monetárias ativas	228	140
Outras rendas operacionais	311	-

do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva
 Em 30 de junho de 2012, a administração reconheceu no resultado do período do Banco Semear perdas correspondentes a períodos anteriores, a saber: (i) despesas antecipadas relacionadas a comissões sobre operações de crédito, no montante de R\$ 3.822 mil, pagas à empresa relacionada pertencente ao grupo econômico do Banco, cujos serviços prestados não são limitados à intermediação de operações de crédito; (ii) valores correspondentes a pendências a regularizar, no Ativo Circulante, no valor de R\$ 2.972 mil; (iii) aumento da provisão para contingências, na rubrica "Outras obrigações - Provisão para passivos contingentes - passivo não circulante", correspondentes a processos com expectativa de perda provável, no montante de R\$ 766 mil; (iv) reconhecimento de obrigação a pagar no montante de R\$ 7.989 mil, no passivo circulante, decorrente do não atendimento de performance estabelecida em Contrato de Estipulação e Comercialização de Seguros com a determinada Seguradora. Contudo, os ajustes citados foram realizados em desacordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.007/11, uma vez que eles foram integralmente

	30.06.2012	30.06.2011
Outras despesas operacionais:	(17.530)	(7.119)
Descontos concedidos no recebimento de créditos	(3.651)	(5.395)
Provisão para contingências - ações civis	(765)	(1.080)
Provisão para contingências - trabalhistas	(116)	(59)
Prejuízo na renegociação de oper. de crédito	(530)	(78)
Provisão para oper. de cred. cedidos c/coobrigação	-	(29)
Prov. para baixa oper. de créditos - C/C convênios	(105)	(41)
Prov. para baixa oper. de créditos - Confissão de Dívida	(956)	-
Provisão p/contingenciamento-Multa rescisória-Seguradora	(7.989)	-
Perdas na formalização de compra de dívidas-Cred. Consignado	(1.678)	-
Perdas com fraudes - CDC/Cred. Consignado	(1.389)	-
Outras despesas operacionais	(351)	(437)
Total	<u>(38.220)</u>	<u>(27.721)</u>

17 Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro
 A conciliação do imposto de renda e da contribuição social no resultado do semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	2012		2011	
Discriminação	Imp.de Renda	Contrib. Social	Imp.de Renda	Contrib. Social
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	(48.786)	(48.786)	(24.988)	(24.988)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(2.400)	(2.400)
Participações empregados	-	-	(67)	(67)
Adições (exclusões)				
permanentes	35	35	(3)	(3)
Difer. temporárias ativas				
diferidas (a)	37.421	37.041	34.476	34.004
Difer. temporárias passivas				
diferidas (b)	(124)	(124)	108	108
Base de cálculo tributável (c)	(11.454)	(11.834)	7.126	6.654
Alíquota base	-	-	(1.069)	(998)
Alíquota adicional	-	-	(701)	-
Incentivo fiscais	-	-	2	-
Diferença Provisão Exercício Anterior	(371)	(136)	(101)	(61)
Totais - valores correntes	<u>(371)</u>	<u>(136)</u>	<u>(1.869)</u>	<u>(1.059)</u>
Base de cálculo tributável (b)	(124)	(124)	108	108
(+/-) Ajuste à Base de cálculo	(864)	(864)	120	120
Passivo fiscal diferido	<u>(247)</u>	<u>(148)</u>	<u>(57)</u>	<u>(34)</u>
Total	<u>(618)</u>	<u>(284)</u>	<u>(1.926)</u>	<u>(1.093)</u>

	30.06.2012	30.06.2011
Base de cálculo tributável (a)	37.421	37.041
(+/-) Ajuste à Base de cálculo	2.329	2.329
Diferenças Temporárias	9.937	5.906
Total	<u>49.687</u>	<u>45.276</u>

	30.06.2012	30.06.2011
Base de cálculo tributável (c)	11.454	11.834
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	2.864	1.775
Ativo Fiscal Diferido	<u>12.801</u>	<u>7.681</u>
Totais - Geral	<u>12.183</u>	<u>7.397</u>

18 Transações com partes relacionadas

	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Receitas (despesas) do semestre
EM 30.06.2012			
SNV - Serviços e Negócios de Varejo Ltda.(a)	121	-	(13.666)
Serra da Moeda Securitizadora de Créditos	488	-	-
Seculus Empreend e Participações S.A. (b)	648	5.784	(410)
Seculus Tecnologia S.A. (Prime Systems) (c)	-	-	(2)
Empresas e pessoas físicas - Grupo Seculus(d)	541	29.729	(2.904)
Empresas e pessoas físicas - Total operações - empresas e pes. físicas ligadas	1.798	35.513	(16.982)
Empresas e pessoas físicas não ligadas	3.508	283.190	5.306
	<u>5.306</u>	<u>318.703</u>	<u>318.703</u>
Circulante	5.306	78.461	-
Não circulante	-	240.242	-

	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Receitas (despesas) do semestre
Em 30.06.2011			
SNV - Serviços e Negócios de Varejo Ltda.(a)	2.016	-	(6.408)
Serra da Moeda Securitizadora de Créditos	434	-	(12.131)
Empresas e pessoas físicas - Grupo Seculus(d)	1.378	107.613	(4.825)
Total operações - empresas e pes. físicas ligadas	3.828	107.613	(23.364)
Empresas e pessoas físicas não ligadas	2.830	336.434	6.658
	<u>6.658</u>	<u>444.047</u>	<u>444.047</u>
Circulante	6.658	103.307	-
Não circulante	-	340.740	-

(a) Despesa total de R\$13.666 mil (R\$ 6.408 mil em 30/06/2011) proveniente da realização de despesas antecipadas decorrentes da remuneração de serviços de agenciamento e intermediação de operações de crédito prestados pela SNV - Serviços e Negócios de Varejo no semestre; (b) Despesa total de R\$ 410 mil proveniente de despesas com aluguel e IPTU (R\$ 71 mil) e com remuneração de depósitos a prazo (R\$ 339 mil) em nome da Seculus Empreendimentos

reconhecidos no período findo em 30 de junho de 2012 e, por este motivo, a comparabilidade dos saldos está comprometida. Assim, o prejuízo do semestre está reconhecido a maior no montante de R\$ 9.329 mil, líquido dos impostos.